

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

4/5



Edições
Colibri

◁▷↖↗↘↙⊙⊛⊞⊟⊠⊡⊢⊣⊤⊥⊦⊧⊨⊩⊪⊫⊬⊭⊮⊯⊰⊱⊲⊳⊴⊵⊶⊷⊸⊹⊺⊻⊼⊽⊾⊿⋄⋆⋇⋈⋉⋊⋋⋌⋍⋎⋏⋐⋑⋒⋓⋔⋕⋖⋗⋘⋙⋚⋛⋜⋝⋞⋟⋠⋡⋢⋣⋤⋥⋦⋧⋨⋩⋪⋫⋬⋭⋮⋯⋰⋱⋲⋳⋴⋵⋶⋷⋸⋹⋺⋻⋼⋽⋾⋿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿

MARIO LIVERANI, *Prestige and Interest. International Relations in the Near East ca. 1600-1100 B.C. (History of the Ancient Near East / Studies - I)*, sargon srl, Padova 1990

Depois de oferecer «a» história (institucional, política, social e económica) que faltava aos estudiosos e curiosos do Próximo Oriente antigo (ver *Cadmo* 1, pp. 198-201), o conhecido orientalista da Universidade «La Sapienza» de Roma cava mais fundo: partindo de perspectivas antropológicas e históricas, nomeadamente das que Karl Polanyi lançou nos fins da década de 60 e princípios de 70, enquadra as relações internacionais da última metade do 2º milénio a. C. sob dois grandes móveis – prestígio e interesse. Que o prestígio fora mola fundamental da economia egípcia, já o dissera S. Morenz à Academia das Ciências da Baviera, em Munique (*Prestige-Wirtschaft im alten Ägypten*, München 1969). M. Liverani mostra como o mesmo princípio funcionou de modo mais alargado e em todo o Oriente Antigo, precisamente num dos mais brilhantes períodos da sua história. E junta-lhe o «interesse» das relações e ambições económicas.

Explicada no Prefácio a génese e maturação do projecto (cerca de vinte anos em convívio científico com outros investigadores e outras instituições, nomeadamente o Pontifício Instituto Bíblico de Roma e o Oriental Institute da Universidade de Chicago), introduz-se a Obra (pp. 13-29: «Introduction») com referência ao espaço e ao tempo, às fontes e à metodologia. «O período do Bronze Recente (c. 1550-1200 a. C.) em geral e a 'época de Amarna' em particular têm sido e são correntemente considerados um caso privilegiado para o estudo das relações internacionais no Próximo Oriente e no Mediterrâneo Oriental. Justifica-se isto pelo facto de a documentação relevante estar distribuída por toda a área

(do Egipto a Babilónia e ao Elam, passando pela Síria-Palestina, Anatólia e Alta Mesopotâmia)... e incluir textos com pretensão específica de formalizar as relações internacionais» (p. 13). Os dois grandes *corpora* documentais (Cartas de Amarna e Arquivos de Boghazköy) esperam que algum acaso feliz ou busca pertinaz lhes traga a companhia dos arquivos do Mitanni, que não podiam faltar na capital Wassukkani (provavelmente soterrada em Tell Feheriye).

«Hoje nem sequer temos necessidade de ‘andar à procura’ de novas perspectivas ou métodos de análise. Semiologia e teoria da comunicação, antropologia económica e política e muitas outras disciplinas são parte do nosso conhecimento comum e é apenas demasiado natural fazer uso delas ao tratar com textos e problemas das sociedades antigas» (p. 18). Seleccionaram-se dois dos «modelos de integração» apresentados por K. Polanyi – reciprocidade e redistribuição, modelos largamente rejeitados nas análises da história pré-clássica tanto por culpa dos orientalistas demasiado voltados para a filologia como do próprio Polanyi, que escolheu os exemplos errados ao aplicar os seus modelos ao Oriente Antigo. O Autor aceita os modelos, com uma correcção – não se trata de modelos descritivos de redes de troca realmente diferentes, mas de «interpretações, modelos mentais de uma realidade que em si mesma não pertence a nenhum padrão» (p. 22). «O carácter ideológico dos padrões integrativos é a minha diferença maior em relação à aproximação polanyiana ‘ortodoxa’ – muito substancial, no meu entender. Na aproximação polnyiniana ortodoxa, os padrões existem na realidade, as trocas dão-se de acordo com um ou outro deles, de modo que seria impossível descrever segundo um padrão um sistema de troca construído de acordo com outro» (*ibidem*).

Reformulados os padrões, há que ter em vista sobretudo os destinatários dos documentos. «Por um lado, temos documentos dirigidos ao público interno. Estes textos vão das inscrições reais monumentais às inscrições de túmulos de particulares, mas têm de comum a finalidade celebrativa, um realçar de *prestígio*, uma cosmovisão centralista, um desprezo pelo ponto de vista do mundo exterior (ou dos parceiros exteriores), com os ‘factos’ a ser usados como material documental ou como prova demonstrativa em ordem a estabelecer a posição política e/ou social do autor em todos os níveis – do controlo ideológico e administrativo do reino pelo faraó ao estatuto social de um funcionário falecido.

Por outro lado, temos documentos dirigidos a parceiros do exterior e constituindo a própria substância operativa das relações entre Estados.

Estes textos vão de tratados internacionais a cartas trocadas entre pessoas particulares, mas têm de comum uma finalidade integrativa, um substrato de *interesse*, uma cosmovisão simétrica, um interesse no ponto de vista do parceiro (ainda mais se o propósito é modificá-lo ou vencê-lo)» (p. 25).

Sob estes prismas, as próprias realidades geográficas («Parte I: Território e fronteira», pp. 31-112) aparecem com outros contornos e outra dinâmica: o núcleo central e centralizador, chame-se Egipto, Hatti ou Assur, vê «os habitantes do mundo periférico não só como diferentes, mas como inferiores aos do país central. Se a periferia é um deserto, é a sede da morte e vazia (a própria imagem dos Infernos); mas se é zona florestal é o lugar da escuridão; se montanha, é de acesso difícil» (p. 36). As pretensões de domínio universal vazam-se em títulos pomposos, tanto acádicos – *šar / bel kiššat nise*, «rei/senhor da totalidade do povo» – como egípcios – *nb n ḥ3swt nbt*, «senhor de todos os países» (p. 44). «Não é tão importante o verdadeiro controlo do mundo como é importante persuadir a população interna de que controlamos o mundo» (p. 47). As fronteiras ideais de um império universal confundem-se naturalmente com as do mundo (p. 51); as reais são fluidas e dinâmicas, alargando-se cada vez mais e impondo ordem ao caos exterior. «Obviamente, num período de potências coexistindo em equilíbrio, a ideologia universalista pode ser difícil de concretizar mesmo a nível meramente simbólico» (p. 63). Assim se consideram a «coexistência de diversos estados» (pp. 66-78), as «fronteiras em movimento» (pp. 79-86), «a fronteira como linha divisória para estabelecer impostos» (pp. 87-94) e «para imposição de responsabilidades» (pp. 95-105), considerando ainda os casos de «fugitivos e extradição» (pp. 106-112). Os procedimentos seguem os arranjos horizontal e vertical das redes políticas. «O contacto horizontal só se pode dar entre dois 'reis grandes' ou dois 'reis pequenos'; qualquer contacto oblíquo entre um rei pequeno e um soberano que não seja o próprio seria uma infracção às regras» (p. 97).

Regras existiam também para a guerra, objecto da Parte II (pp. 113-202: «Guerra e Aliança»). Só bárbaros como os habitantes de Kaska as não conhecem nem seguem (p. 161), justificando o rei hitita a fazer o mesmo com eles. Além de regras, a guerra tem os seus rituais (p. 126) e descreve-se numa profusão de *topoi*: inimigo como chusma desordenada (p. 118), «poucos contra muitos» (p. 122), hostilidades sempre começadas pelo inimigo, que aí encontra a devida punição (pp. 127-128).

Na ideologia da guerra feita pela potência central o inimigo é sempre um rebelde e a vitória está garantida de antemão como única possibilidade (p. 132). Também aqui se confronta a ideologia com a realidade (pp. 115-116) – conquista como organização cósmica, guerra como processo ordálico de averiguar quem tem razão (pp. 150-159). Os princípios ideológicos são comuns a Egípcios, Hititas e Assírios; mas a aplicação diverge. O domínio egípcio da Síria do Sul e Palestina é flexível e diversificado: núcleo de governadores egípcios nalgumas cidades, como Gaza, pequenas guarnições militares noutras, cinturão de reis vassalos mais ou menos submissos. O sistema hitita é fortemente condicionado pela escassez do elemento humano: os Hititas não colonizam, nem estabelecem guarnições importantes; recorrem a casamentos interdinásticos e a tratados formais com os vassalos. A presença assíria nas áreas conquistadas é ainda diferente – afluxo substancial de população assíria na Alta Mesopotâmia e rede de «colónias» para assegurar estabilidade política e militar, além de comunicações fáceis (pp. 140-143).

Na Parte III, «Circulação de bens» (pp. 203-282), frisa-se mais uma vez o carácter ideológico dos modelos de Polanyi, já assim entendido no mundo antigo, em que os documentos sobre relações externas eram «vistos com propósitos e perspectivas diferentes de caso a caso, mas nunca numa análise objectiva e equilibrada em razão da 'história'. A documentação escrita sobre comércio internacional no período do Bronze Recente não é feita de uma série de 'dados', mas antes de uma série de interpretações sobre eles, sendo os dados originais na sua descrição quantitativa e factual praticamente perdidos para nós» (p. 205). Nas relações internacionais, o modelo redistributivo é mais apropriado no caso de estados imperialistas. As convenções da linguagem nem sempre permitem distinguir a realidade da propaganda, o comércio bilateral da oferta ou do tributo – os comerciantes egípcios, por exemplo, nunca são apresentados como obtendo as mercadorias pela força das armas ou pelo dinheiro; são os príncipes nativos que carregam ordeiramente os seus dons ao faraó (p. 245).

Antes das conclusões (pp. 283-295), já se resume o conteúdo da Obra: «O resultado da comparação entre inscrições celebrativas e cartas parece ser – a um primeiro nível de aproximação – o de que as primeiras dão uma visão distorcida e as últimas a verdadeira situação. Mas penso que esta conclusão deve ser considerada demasiado simplista: a documentação epistolar também é distorcida pela sua própria natureza, funda-

mentalmente entendida para convencer o receptor, com a diferença que o receptor é uma pessoa singular e não o público geral que recebe a mensagem persuasiva das pinturas e relevos murais. O padrão geral de relações políticas que emerge das cartas e no qual estas se enquadram é extremamente formal e artificial. É artificial considerar paritária uma relação entre parceiros desiguais (por vezes, muito desiguais) nos níveis político, militar, económico e tecnológico. É artificial considerar como desinteressados os presentes e contra-presentes sujeitos a furioso debate e incansável regateio, presentes e contra-presentes que são ao mesmo tempo medida de relações políticas e canal de aquisição comercial. Em poucas palavras: tanto as inscrições como as cartas têm as suas convenções próprias, não só convenções 'literárias' mas também as das relações sócio-políticas expressas por elas. As visões diferentes e mesmo contraditórias quadram obviamente com os diferentes objectivos da mensagem, e de igual modo com os diferentes receptores das mensagens. As inscrições reais, dirigidas a um público interno, sublinham os elementos de *prestígio* e usam os eventos históricos (como as mercadorias do comércio) para mostrar a superioridade do soberano do país interno. As cartas, dirigidas ao parceiro externo, consideram particularmente o *interesse* e fazem uso de convenções favoráveis ao desenvolvimento de negociações. A afirmação de que o rei do Mitanni é 'tributário' do faraó (inscrições monumentais) é tão falsa como a de que ele é 'irmão' (convenção epistolar). No entanto, ambas as afirmações podem ser baseadas em provas factuais, na condição de tais provas serem consideradas no quadro de diferentes visões de relações políticas» (pp. 264-265).

Estimulantes perspectivas, corroboradas *pari passu* pela voz dos documentos – veja-se o protesto de Hattusilis III ao ter conhecimento de que Ramsés II apresentava nas suas inscrições a batalha de Kadesh como retumbante vitória egípcia e pessoal (pp. 119-120) ou o desânimo dos embaixadores de Babilónia ao verem a sua princesa, que imaginavam rainha no trono, desaparecer no farto harém real, sem nenhuma consideração pela categoria de filha do rei 'irmão' (pp. 274-275). Dois prestígios em colisão!

A Obra de M. Liverani obriga a ler com mais cuidado a documentação antiga. Mas, pela validade dos princípios hermenêuticos, recomenda-se igualmente aos investigadores de qualquer época e qualquer documentação histórica. Afinal, o Autor não está tão velho para as novas metodologias como dá a entender no prefácio.

José Nunes Carreira